

CAPÍTULO 2

SOBRE A LÓGICA DA FORÇA*

Claude Lefort

“Todos os Estados, todas as senhorias que tiveram ou têm mando (império) sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados”: esta proposição abre o primeiro capítulo de *O príncipe*, o mais breve de todos, como observamos, no qual são enumeradas em algumas linhas as hipóteses de uma pesquisa. Se nos espanta o jeito abrupto desse começo, sem dúvida os contemporâneos se espantaram muito mais, pois, instruídos pela tradição clássica e cristã, estavam acostumados a encontrar no início de uma obra política considerações filosóficas, morais ou religiosas. Ademais, o autor não diz por que as afasta de seu texto. Negligenciando falar sobre a origem e a finalidade do Estado, dos méritos comparados dos diversos regimes, da função do príncipe na sociedade, da legitimidade e ilegitimidade de certas formas de poder, simplesmente por seu silêncio leva a pensar que tais idéias deixaram de ser pertinentes ou, pelo menos, convida o leitor a perguntar se permanecem válidas e em que sentido. Tudo se passa como se doravante uma única questão comandasse a reflexão política, questão que o autor se apressa em formular logo depois de haver distinguido vários tipos de principado: “discutir quais as maneiras pelas quais se pode governar e conservar”. Na verdade,

* “Sur la logique de la force” (in *Le travail de l'oeuvre* — Machiavel, Paris, Gallimard, 1972, pp. 346-68). Tradução de Marilena Chaui.

tomada em seu sentido literal, a questão não é nova. Vamos encontrá-la especialmente no *De regimine principum* de Egidio Colonna, publicado em 1473, que, inspirado no Tratado de Tomás de Aquino, esforçou-se para conciliar os princípios cristãos com as exigências práticas do governo dos homens¹. Porém, ela surgia, então, num contexto que permitia delimitar exatamente seu alcance. O leitor era inicialmente convidado a buscar em que consiste a mais alta forma de felicidade (*felicitas*), a que fim tendem as ações do príncipe, que virtudes requerem, que paisões podem ser postas a seu serviço; devia meditar sobre a conduta dos homens nas diferentes idades da vida, depois considerar sob seus vários aspectos o governo familiar do príncipe, suas relações com a esposa, os filhos, ministros, servidores e próximos; antes de chegar, enfim, ao exame da política do príncipe em tempo de guerra e em tempo de paz, precisava perguntar com que fim a comunidade da família, da cidade e do Estado tinha sido criada por Deus (*propter quod bonum inventa fuit communitas domus, civitatis et regni*). É verdade que a *Política* de Aristóteles, no livro quinto, examinava os meios de que dispõe um Poder, seja qual for sua natureza, para afastar revoluções que o ameacem, mas o estudo se fundava numa definição do Estado que não permitia dúvidas quanto à intenção do autor. Ensinava, em primeiro lugar, que a organização do Estado estava subordinada ao princípio da justiça; que o bom regime assegurava uma harmonia entre os diversos elementos da comunidade e, conseqüentemente, que um regime seria tanto mais defeituoso e vulnerável quanto mais privilegiasse abusivamente um desses elementos, e tanto mais ordenado e resistente quanto mais pusesse freio na desmedida. Destarte, a análise da tirania, por mais audaciosa que fosse ao tentar fixar regras para sua conservação, inscrevia-se sem equívoco na procura do bem. Se o interesse do príncipe pudesse servir-lhe de suporte seria porque a essência do Estado fazia-se reconhecer até em suas formas viciosas e porque o bem do tirano e o bem comum não poderiam desligar-se completamente sem provocar a ruína do poder.

1. A data da publicação é indicada por L. J. Walker. *The Discourses of N. M., op. cit.*, II (apêndice, fontes), p. 305. Nós nos referimos à edição *Aegidii columnae romani de regimine principum*. Roma, 1607.

Em contrapartida, a questão maquiaveliana, assim que reduzida aos seus próprios termos, adquire um estatuto inteiramente novo. É uma questão que não surge do interior de um discurso e de um mundo ordenados nos quais aquele que a formula e aquele que está encarregado de assumi-la teriam apenas que reconhecer o lugar que lhes é atribuído, mas antes vai à procura de conhecimentos e operações destinados a se articularem, por si mesmos, uns com os outros no nível da particularidade que lhes é própria e a instalar o pensador e o agente na função de um *sujeito* convertido em garantia para si mesmo de sua própria atividade.

Sem dúvida, não é por acaso que Maquiavel anuncia que discutirá a maneira pela qual os principados podem ser governados e mantidos (*come questi principati se possono governare e mantenere*). A construção da frase é eloqüente. Já havíamos observado que as primeiras hipóteses ordenavam-se em função da perspectiva de um príncipe, mas sem que fosse desvendada. A linguagem atesta aqui uma ambigüidade decorrente da matéria da política tal como começamos a entre vê-la. Sem dúvida, governar e manter o Estado são operações cuja origem está no príncipe, e para determiná-las convém a ele esposar sua posição, interrogar o lugar que ocupa no momento em que toma o Estado nas mãos, as condições que lhe impõe a história do povo do qual ele se torna senhor e os meios de ação que ele pode usar; mas, reciprocamente, pelo simples fato de que o Estado existe, o príncipe está posto numa das situações particulares que podemos observar e necessita efetuar as operações prescritas por seu estatuto. Assim, no primeiro capítulo, nem o príncipe nem o Estado podem fornecer a referência da origem, e o escritor se empenha para nos situar nesse entre-dois, no espaço que se institui com o movimento de um pólo a outro — espaço sob certos aspectos indeterminado e que, no entanto, anuncia-se como o lugar do real. Maquiavel classifica todos os Estados, antigos e modernos, em duas categorias, depois distingue vários tipos de principados e o faz apenas adotando a perspectiva do príncipe, mas se arranja para não mencionar o caso da fundação do Estado, sobre a qual, no entanto, insistirá a seguir, de tal modo que o Estado parece preexistir à ação do sujeito político. De um lado, o objeto, o principado é apreendido numa definição que o constitui como resultado das operações do sujeito — diferentemente de Aristóteles, Maquiavel não se contenta em procurar na História ou no espaço

empírico amostras típicas. De outro lado, o sujeito, o príncipe só está determinado no tocante ao lugar que ocupa com respeito ao objeto. Ora, sujeito e objeto, juntos, ao mesmo tempo não são o Poder, o *império*, cujo conceito foi justamente introduzido na primeira frase do discurso e que Maquiavel leva a pensar? Pois este *império*, se é o nome dado ao poder que tal homem ou tal grupo de homens exerce sobre outros, se muda de forma segundo as circunstâncias, é também aquilo que se estabelece acima dos homens, tomados em sua generalidade, aquilo em virtude do que suas relações se ordenam no quadro de um Estado — digamos mais do que que figura da Sociedade e cuja causa talvez se busque em vão tanto num móvel humano quanto num princípio religioso ou metafísico.

Que, desde o início de *O príncipe*, Maquiavel se empenha em apertar o leitor de uma imagem tradicional do Estado, logo nos é confirmado pela análise do principado hereditário. Se menciona em primeiro lugar esse caso e submete-o inicialmente à discussão é, a se crer nele, porque este coloca um problema menos difícil de resolver. A brevidade de suas palavras, de outro lado, parece testemunhar o pouco interesse que lhe atribui. Mas já sabemos que a introdução não fornece propriamente um plano, que é preciso procurar uma indicação de método, que a pesquisa, ademais, não progride regularmente do menos ao mais difícil, pois o caso mais árduo, o da fundação do Estado, é focalizado no meio da primeira parte. Além disso, como não observar que a distinção entre principados antigos e novos não carrega em si nenhuma evidência, não é mais pertinente do que a da fundação e a da conquista do Estado? Começar pelo estudo dos principados hereditários procede, pois, de um outro motivo. Por esse ângulo, o leitor é confrontado de início com um exemplo que os pensadores políticos privilegiaram durante a Idade Média: a seus olhos, o príncipe hereditário é, com efeito, aquele cuja autoridade é considerada legítima e que sobe ao poder por meios pacíficos. Colocando tal exemplo sob nova luz, Maquiavel abala a opinião comum que inicialmente parecia também ser sua; por outro lado, articulando-o com o exemplo do conquistador, no caso Luís XII, príncipe hereditário que decide aumentar seu Estado, vincula logo o problema da paz ao da guerra.

À primeira vista, a análise permanece fiel à convenção. Aquele que detém o poder por tê-lo recebido de seus ancestrais, observa o escritor, nada melhor tem a fazer senão manter em vigor os antigos princípios do governo (*l'ordine de sui antenati*) e contemporizar diante dos acontecimentos; basta-lhe demonstrar uma "habilidade ordinária" para permanecer no poder e, se um adversário conseguir excepcionalmente desalojá-lo, retornará ao seu lugar na primeira dificuldade encontrada pelo ocupante; seus súditos estão habituados à sua dinastia e não têm repugnância em obedecê-lo. Maquiavel designa-o, de acordo com um uso estabelecido, "príncipe natural". Ora, não há dúvida de que este termo correspondia, originalmente, a uma concepção precisa da Monarquia. Natural, com efeito, ela o é desde que esteja inscrita no costume, pois o costume, na concepção tomista, é uma segunda natureza; e aquilo que encontra uma forma estável no tempo corresponde ao advento de um *habitus* cujo lugar e função inscrevem-se na hierarquia dos seres — idéia sempre presente na obra de Colonna e à qual Savonarola também fizera eco, pondo-a, é verdade, a serviço da causa republicana, quando afirmou que os hábitos do povo florentino constituíam agora sua natureza a ponto de lhe interditar a sujeição a um governo monárquico². Até na observação de que expulso por "uma força extraordinária e excessiva" o príncipe está destinado a recuperar o poder, percebe-se uma imagem da dinâmica política análoga à da dinâmica física de Aristóteles, pois, nos termos desta última, pode-se dizer que "todo corpo é concebido como possuindo uma tendência para se encontrar em seu lugar natural e, portanto, a ele retornar desde que dele se tenha afastado por violência"³. Mas essas indicações servem apenas para melhor preparar a reviravolta de perspectiva. De fato, os argumentos do autor arruinam a tese que parecem sustentar. Se o príncipe natural goza de segurança, nos diz ele, é porque, com efeito, "não tem causas nem necessidade de ofender seus súditos (*offendere*)". E ainda porque "a anti-

2. "Il trattato circa il reggimento e governo della Città di Firenze" (1498), in Mario Ferrara, *Savonarola*. Florença, 1952, p. 189.

3. A. Koyré, "A l'aube de la science classique; Études Galiléennes", I, in *Histoire de la pensée*, Act. sci. industr. Paris, Hermann Cie., 1939, p. 17.

guidade e a longa continuação do poder hereditário, ao abolirem a lembrança de sua origem, abolem as razões de uma mudança”. Deve-se reconhecer que é mais amado do que um príncipe novo, mas não se deve procurar a causa deste fato em um regime que seria conforme à natureza e no qual floresceria a bondade do príncipe, pois é suficiente, ficamos sabendo, que ele não se faça odiar por “vícios extraordinários” para que mantenha o *consensus* dos súditos. A verdade é, pois, que seu poder se beneficia de um acostumar-se à opressão: a permanência do dominante enfraquece a resistência dos dominados de tal modo que a submissão é obtida com menos gastos.

É, portanto, na consideração da oposição entre o príncipe e os súditos que se esclarece a imagem do regime, o mais estável, e não por referência a um acordo fundado na disposição íntima do corpo social. O leitor contentava-se em ver na estabilidade o efeito de uma boa forma cuja instauração corresponderia a um designio da Providência ou a uma finalidade natural e dava crédito ao príncipe como alguém capaz de saber fazer-se instrumento dela, ao contrário do tirano, sempre ocupado com a violência; mas descobre que a estabilidade tem que ser pensada em função de uma instabilidade e de uma violência primeiras e que o “príncipe antigo” apenas tem o privilégio de explorar o sucesso outrora obtido na luta por um “príncipe novo”. Entre o regime de um e de outro não há uma diferença substancial, mas uma diferença de grau decorrente de sua posição respectiva com relação aos adversários que devem submeter. À conquista do poder corresponde um movimento rápido e violento que deve triunfar contra diversas formas de resistência; mas, por pouco que seja bem-sucedida, chega o momento em que se converte num movimento lento que tende a se conservar a si mesmo. Esta passagem de um regime a outro é que pode ser considerada *natural*, isto é, *necessária* em certas condições – como o é, diríamos, usando uma metáfora anacrônica, a mudança de regime de um motor – e não esta ou aquela forma de organização política tomada em si. Se bem compreendemos a proposição que fecha o capítulo sobre os principados hereditários, não há, aos olhos do autor, dois tempos especificamente hereditários, um em que se divisaria a duração própria do corpo social e outro no qual se veria sua corrupção. As mesmas causas explicam a permanência do poder e a repetição dos acidentes: é igualmente verdadeiro que

“a antiguidade e a longa continuação do poder hereditário, ao abolirem a lembrança de sua origem, abolem as razões de uma mudança” e que “uma mutação sempre deixa pontos de apoio para uma mutação nova”.

Mas talvez tenhamos acolhido muito depressa a idéia de que a antiguidade do poder basta sozinha para garantir ao príncipe a adesão dos súditos. Talvez não seja por acaso que, evocando a figura de um príncipe hereditário, Maquiavel não escolhe um exemplo que se impõe ao pensamento de todos, o do rei da França, senhor de um Estado poderoso e solidamente estabelecido, mas fale dos duques de Ferrara, personagens de segundo plano, dos quais ele sabia, como, aliás, era sabido de todos, que recuperaram seu Estado como o haviam perdido: apenas em decorrência das vicissitudes da política internacional. De fato, aprendemos pouco depois que a estabilidade do regime na França decorre não de sua origem, mas da estrutura de um poder dividido entre o príncipe e os barões, e no final da obra, numa passagem a que já nos referimos, aprendemos que um príncipe novo pode ser estabelecido mais firmemente e com mais segurança do que o herdeiro de uma velha dinastia. É preciso, pois, supor que o príncipe hereditário fornece apenas uma baliza, servindo somente para que se possa medir a distância a ser tomada perante a opinião comum.

Esta hipótese se confirma tão logo prossigamos nossa leitura. Maquiavel, de início, havia julgado que um príncipe antigo é “mais amado” do que um príncipe novo. Desde o começo do capítulo seguinte percebe-se que este último não poderia conquistar um Estado sem ser, a curto prazo, odiado por todos, não somente por seus inimigos da véspera, cujos interesses lesa, mas também por seus próprios partidários, cujos apetites não pode satisfazer; assim, temos o direito de desconfiar do sentido disso que, no início, o escritor chamava de *amor*, e perguntar se ele não pensava em *menos odiado* quando escrevia: *mais amado*. Desconfiança tanto mais legítima porquanto ele sublinha que em todos os principados novos encontra-se a mesma dificuldade – dificuldade *natural*, observa ele – pelo fato de que os homens de bom grado mudam de posição na esperança de melhorar de condição. Considerando-se essa disposição de espírito, já não poderíamos crer que o tempo trabalha necessariamente para a conservação do príncipe hereditário. Além disto, um momento antes, o príncipe natural parecia tão solidamente estabe-

lecido no Estado que não podia deixar de retomar a posse dele caso viesse a ser expulso por uma força extraordinária; agora, a história da conquista de Milão revela que o retorno do príncipe ao poder não é impunitável à natureza do regime, mas é uma consequência das dificuldades em que esbarra o ocupante. Com efeito, o Mouro, de quem já nos foi falado, não é um príncipe natural, mas filho de um usurpador, e não se poderia dizer que a antiguidade da Casa Sforza tenha abolido a lembrança de sua origem. A verdade é que o fracasso de Luís XII tem uma causa universal: decorre do fato de que o conquistador não pode deixar de suscitar a hostilidade de seus novos súditos no dia seguinte ao do sucesso.

Certamente, permanece válida a distinção entre príncipe antigo e príncipe novo, entre a ordem do costume e a ordem da inovação, mas ela não pode ser compreendida por referência à idéia clássica de natureza, nem traduzir-se em termos éticos. Antes, induz a imaginar o campo da política como um campo de forças em que o poder deve encontrar condições para um equilíbrio. O caso da conquista é privilegiado sob esta perspectiva, pois torna sensível o problema que o príncipe precisa solucionar se quiser se manter no Estado: trata-se, para ele, de resistir aos adversários criados por seu empreendimento, de inscrever-se o mais rapidamente possível no sistema de forças modificado por sua própria ação e cujas perturbações tendem a se prolongar às suas expensas. Assim, suas ações são determinadas pelo estado de guerra em que se encontra, ao mesmo tempo, perante outros príncipes e perante seus súditos, e sua política não pode ser senão uma estratégia análoga à de um capitão que, tendo ocupado sobre o campo a posição cobiçada, aplica-se em desmanchar as iniciativas de inimigos decididos a tirá-la dele.

Maquiavel traça, pois, um esquema muito geral da situação em que os protagonistas – Estados ou grupos sociais – estão reduzidos à função de agentes abstratos, aliados ou adversários possíveis do príncipe. Mas este esquema já nos inicia à complexidade do jogo político, pois não é suficiente que aquele que agarrou o poder domine seus adversários pela violência; esta pode voltar-se contra ele na medida em que, excitando a resistência deles, não lhe permitir encontrar apoios – como ocorre na primeira fase de uma conquista quando o ódio engendrado por um exército de ocupação e a inevitável decepção provocada pela política do príncipe novo são uma das causas de sua perda. Ainda é preci-

so que faça de modo que as novas relações de força lhes sejam favoráveis tanto no interior do Estado quanto no exterior. A política é uma forma da guerra e, sem dúvida, não é por acaso que, para nos fazer compreender-lo, Maquiavel tenha escolhido raciocinar inicialmente sobre o caso de tomada do poder pelas armas; mas devemos também reconhecer que essa guerra obedece a imperativos particulares: não depende da violência pura, e o príncipe não triunfa pelo simples fato de ser o mais forte, visto que precisa manter-se, durar, coexistir com aqueles que domina, impor-lhes dia após dia sua autoridade, conter dia após dia descendentes nascentes. Da análise da situação em que se acha o príncipe novo no dia seguinte ao da conquista, sobressai o caráter duplo de sua ação: vai no sentido da maior e da menor violência. Se o povo que deve governar possuir a mesma língua e costume que seus próprios súditos, nos diz Maquiavel, a regra para o conquistador é fazer com que desapareçam o príncipe antigo e toda sua família, a fim de prevenir o retorno da dinastia, ao mesmo tempo em que deve evitar toda inovação nas leis e impostos, isto é, limitar tanto quanto possível os efeitos de sua agressão. Se o povo for diferente do seu, deve vir em pessoa habitar o país para que seus ministros não se ponham a pilhar e para que os descendentes possam encontrar socorro nele; ou, então, deve instalar colônias, pois com este meio são lesados somente aqueles, em pequeno número, cujas terras e bens são tomados ficando sem condições para prejudicar, enquanto os outros, satisfeitos por não serem perturbados ou por não sofrerem os estragos feitos por um exército de ocupação, não terão motivo para se revoltar. Num caso como em outro, duas exigências são conciliadas: a de vencer pela força, extinguindo logo os focos de resistência mais perigosos, e a de fazer com que essa força seja reconhecida, garantindo sua segurança ao garantir a dos outros. O autor dá a fórmula dessa política quando nota que os homens “devem acariar-se ou trucidar-se”; mas devemos entender que os dois termos da alternativa são igualmente aplicáveis conforme o caso: na realidade, é preciso trucidar uns e acariar outros, e isto pela mesma razão que sustenta a lógica das relações de força. Que seja assim, Maquiavel enfrenta um outro meio para nos convencer: reúne na mesma análise os problemas de política interna e de política estrangeira, raciocinando como se as relações do príncipe com seus súditos fossem da mesma

natureza que aquelas estabelecidas entre Estados, isto é, entre agentes independentes cujo interesse comanda sozinho a conduta. De fato, neste último caso, igualmente, a força do príncipe não se determina senão no seio do campo em que se inscreve. É necessário, de uma só vez, impor-se e compor, para instituir um equilíbrio que o coloque ao abrigo de uma agressão estrangeira. Precisa, sublinha o autor, “fazer-se chefe e protetor dos vizinhos menos poderosos, esforçar-se para enfraquecer aqueles que são maiores e resguardar-se para que, por acidente, não entre ali um estrangeiro mais poderoso do que ele”. Estratégia que vemos claramente não ser inspirada por nenhuma outra consideração afora a preocupação de conservação e crescimento da potência (*puissance*).

Esse termo, potência, que Maquiavel usa repetidamente na passagem que evocamos, é tomado por ele, pelo menos nessa etapa do texto, numa acepção puramente positiva. Assim, é conveniente notar que, se foi afastada a imagem do príncipe legítimo governando para o bem de seus súditos em conformidade com um plano divino ou com a ordem natural, não é porque Maquiavel tenha cedido diante de uma apologia da potência. Assim, como são ignorados os argumentos dos filósofos clássicos que procuram fundar a idéia do bom governo, também são ignorados aqueles argumentos que a tradição atribui a seus adversários, os sofistas. Num único lugar, ali onde escreve: “Certamente, é coisa muito ordinária e conforme a natureza o desejo de conquistar e todas e quantas vezes puderem os homens que o farão serão louvados ou, pelo menos, não serão censurados”, o escritor parece querer justificar o apetite de potência. Porém, essa proposição só adquire seu verdadeiro sentido quando colocada sob o signo da pura observação. Que conquistas sejam empreendidas e que, vitoriosas, não sejam censuradas, eis somente o que deve ser considerado, assim como, um momento antes, precisávamos constatar que os homens mudam espontaneamente de senhor ou que um príncipe antigo tem menos motivo para ofender seus súditos do que um príncipe novo. Trata-se de fatos perceptíveis em toda a extensão da História, que caem sob os olhos e são inteligíveis porque se articulam com outros fatos de que são causa ou consequência ou as duas coisas ao mesmo tempo. É essa articulação que Maquiavel sublinha, de tal modo que estamos sempre postos na presença de vários termos simultâneos e constringidos a pensá-los em função de suas relações, isto

é, das ações e reações que exercem uns sobre os outros. Por exemplo, a idéia de que os homens nunca estão satisfeitos com sua condição não tem um valor em si; é preciso entender, simultaneamente, que um príncipe antigo não cessa completamente de ofender seus súditos, mesmo quando se acostumaram com seu poder, que toda mudança cria condições para uma outra mudança, que um príncipe estrangeiro não impõe sua autoridade senão por violência e suscita necessariamente o ódio, que certas medidas, enfim, são susceptíveis de desarmar as oposições. Em suma, somente a constelação dos fatos é significativa: não podemos considerar o comportamento dos súditos senão com relação ao do príncipe e vice-versa, e é o *fato* de suas relações que constitui o objeto do conhecimento. Da mesma maneira não poderíamos estacionar nesta última idéia seguindo a qual o desejo de conquistar é uma coisa natural, como se ela encerrasse um juízo auto-suficiente sobre o homem. Pois natural esse desejo é, como o dos dominados de mudar de dominação, como o dos Estados fracos de se subtrair à tutela de um Estado forte graças à intervenção de um príncipe estrangeiro: a conquista não se esclarece pela referência a móveis que numa outra profundidade do ser marcariam sua origem, mas se mostra determinada como uma modalidade da experiência política implicada pelas outras e implicando-as por seu turno e, conseqüentemente, conduzida por uma necessidade em que se imprime seu sucesso ou seu fracasso. Também é significativo que a fórmula que retém nossa atenção seja enunciada apenas ao término de uma análise da política romana e da política do rei de França em que essa necessidade é posta em evidência e onde é fornecida a prova de que a conduta do conquistador se inscreve numa ordem das coisas (*l'ordine delle cose*).

A questão: o que é a potência? não importa. O que Maquiavel leva a pensar, em primeiro lugar, é somente o conflito ou os conflitos que opõem os atores dotados de uma potência maior ou menor; o que ele julga *natural* ou *ordinário* são as relações que se estabelecem entre eles em decorrência de suas potências respectivas nas condições particulares em que estão colocados. Eis por que, ao se colocar como puro observador, coloca-se imediatamente como puro calculador e seu discurso estabelece pouco a pouco uma equivalência entre o que é natural, necessário e conforme à razão. Observar e calcular são uma só e mesma coisa,

pois os dados empíricos, por exemplo o fenômeno da conquista de Mítilo, só se deixam delimitar e circunscrever na medida em que reconhecermos neles uma combinação de termos e de relações de que a História fornece-nos outras ilustrações. Descrever as aventuras de Luís XII é fazer a conta de seus erros, como descrever o desenvolvimento da potência romana é mostrar as operações que conduziram à solução de um problema. Nestes dois casos, como no exemplo turco, o autor discerne o que nomeávamos, depois dele, uma ordem das coisas, isto é, não uma ordem transcendente à experiência, mas uma experiência ordenada nela mesma e cuja matéria, embora sempre cambiante, pois as situações não se repetem, distribui-se segundo linhas de força constantes. O príncipe aparece, então, como um ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, conseqüentemente, cuja potência própria é indissociável da inteligência que adquire quanto à relação de potência: é ou não capaz de reconhecer essa ordem e se o conseguir será sob a condição de dominar a confusão dos acontecimentos, de resistir à tentação de utilizar meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a se voltar contra ele (por exemplo, aliar-se a uma potência estrangeira que não deixará de se transformar em inimiga assim que tiver ocupado um lugar no país em que ele opera), isto é, enfim, se for capaz de se livrar da contingência dos fatos presentes e dos próprios móveis que o fazem agir.

Colocando o leitor nessa perspectiva, Maquiavel o faz descobrir que a posição do teórico e a do ator coincidem. Certamente, essa coincidência é apenas parcial; devemos admitir também que cada um deles se estabelece num nível diferente de racionalidade e que, nesse nível, está em condições de reivindicar a verdade da experiência. De fato, de um primeiro ponto de vista, o teórico parece abarcar a História em toda sua extensão; em seu campo de representação caem todas as conjunturas, todas as combinações de relação de força, todos os estatutos possíveis do ator; assim, ele se eleva à idéia de um cálculo universal, enquanto o príncipe, mesmo quando resolveu com sucesso as dificuldades enfrentadas em seu empreendimento, evolui nos horizontes finitos de uma situação particular, permanecendo na dependência imediata tanto das condições que lhe são impostas de fora quanto dos objetivos que fixou. Porém, de um outro ponto de vista, vemos o teórico condenado a racio-

cinar sobre o passado; se tem o poder de indicar a solução é porque os termos já estão escritos no real; em contrapartida, o príncipe tem o mérito de pensar o universal no particular, decifrar no presente os signos do que será a figura dos conflitos por vir e, assim, na prática da antecipação, é capaz de passar pela experiência do cálculo infinito, pois não só o acontecimento constantemente põe em causa os resultados adquiridos, como ainda precisa contar com os efeitos de suas próprias ações. Semelhante ao médico cuja virtude está em formular o diagnóstico quando a doença ainda está no começo, leva a melhor, nos diz Maquiavel, diante daquele que dispõe de todos os elementos de certeza por que a doença se desenvolveu, mas se mostra incapaz de modificar-lhe o curso. Entretanto, é a teoria que nos ensina que a teoria e a prática não se confundem. Afirmando a permanência do conflito, rejeitando a idéia de uma forma política que carregue em si a estabilidade, o pensador reconhece a permanência dos acidentes e, conseqüentemente, designa a função do príncipe como a de um sujeito que adquire a verdade num movimento contínuo de racionalização da experiência. Ao mesmo tempo, arroga-se o direito de conceber as relações de força em sua generalidade, e ensina que estas sempre se instituem pelas operações empíricas dos agentes postos em condições contingentes. Ao mesmo tempo que extrai de toda situação os termos de um problema e torna sensível a existência de um método, mostra que os dados desse problema não cessam de mudar e que a solução nunca é fornecida de antemão. Assim, o sujeito de pensamento e o sujeito agente não se anulam um ao outro ou não se afastam um do outro a ponto de tornar sua relação ininteligível, de sorte que parece ultrapassada a antinomia com que se deparava a teoria política dos Antigos. Com efeito, podia-se justamente opor ao filósofo que pretendia fundar em direito a Potência que, pelo simples fato de usar a linguagem, visava ao universal e, portanto, exatamente no momento em que pretendia reunir-se àquele que a reivindicação da potência encerrava na particularidade e incomunicabilidade do desejo, tornava-se estranho a ele. Inversamente, tão logo se quisesse dar figura ao universal, era preciso recorrer à ficção de um regime conforme à natureza e renunciar a encontrar sua inscrição na realidade empírica. Agora, porém, o pensamento liberou-se da distinção entre essência e existência e não nos achamos mais diante da alternativa entre um saber que se afir-

ma no esquecimento do que é e um fazer que torna irrisória a tentativa para nomeá-lo. Na História não há nada além daquilo que *aparece*, isto é, as ações dos homens e os acontecimentos em torno dos quais se entrelaçam; e, por exemplo, a conquista é “natural” desde que seja ordinária, pertença à experiência política presente e passada. Mas o que aparece carrega um sentido, é de um só golpe matéria de uma linguagem, pois nele sempre apreendemos relações, de sorte que o existente deixa de ser o fato bruto e opaco que desafia o pensamento — seja porque para manter-se como pensamento deve desviar-se dele, seja porque para fundá-lo no Ser abandona suas próprias normas e abisma-se na contingência. Doravante não temos qualquer necessidade de transfigurar o príncipe para tentar atribuir-lhe uma função no seio de um sistema racional do mundo; nós o apreendemos na sua realidade histórica: é Luís XII na Itália, ou então o Turco, ou então — e essa referência nos adverte de que nele devemos visar ao puro agente político — a república romana; pouco importa a identidade que lhe emprestamos, tão logo nos demos sua imagem aparece situado no centro de uma rede de relações, portador de uma necessidade que se estabelece em seu benefício ou a suas expensas, conforme se mostre capaz de determinar as ações de seus adversários ou se deixe determinar por elas. Por seu intermédio o real se desvenda como um lugar de operações: as fronteiras do real são as do racional.

Se uma vez mais retornarmos às primeiras considerações suscitadas pelo exemplo do príncipe hereditário, mediremos o caminho percorrido. Para conservar o Estado parecia, inicialmente, que bastava dar provas de uma habilidade ordinária, permanecer fiel aos antigos princípios (*l'ordine de sui antenati*) e contemporizar com os acontecimentos (*accidenti*). Agora são severamente criticados os pseudo-sábios de Florença — os quais, é necessário sublinhar, não são príncipes hereditários nem príncipes novos — porque não cessam de recomendar “gozar as vantagens do tempo” (*godere il beneficio del tempo*); “o tempo, ficamos sabendo, enxota tudo à sua frente e pode trazer consigo tanto o bem como o mal, tanto o mal como o bem”. E à medida que se apaga seu poder de instituir uma forma que valha em si e se conserve por si mesma, afirma-se o do sujeito — confiando somente na *virtù* e na *prudenzia* — capaz de divisar uma ordem nos acidentes e de governar-lhes o

curso. A imagem dos duques de Ferrara, cuja magra potência está fundada no passado de sua dinastia, é substituída pela dos romanos que construíram e mantiveram um imenso império porque souberam apoiar-se no futuro.

No momento em que o leitor toma consciência do problema político nos termos em que se põe para o príncipe, uma digressão convida-o a conceber melhor os limites da ação individual. Simples precisão, parece, visto que o escritor já tinha tido o cuidado de notar que o fracasso de um conquistador, na primeira fase de ocupação de um território, decorria de causas universais. Mas, talvez, essa observação pudesse passar despercebida e a minuciosa crítica dos erros de Luís XII sugerir que a conservação do poder dependia apenas da inteligência do príncipe. Assim, parece bom meditar um momento sobre a boa sorte das conquistas de Alexandre para se persuadir de que as condições objetivas tanto quanto a estratégia do ator determinam o desfecho de um empreendimento. Considerando-se a natureza dos povos submetidos à sua dominação, conviremos que, se Alexandre pôde impor sua autoridade muito mais facilmente que Píro ou outros conquistadores, não é porque teria uma *virtù* superior, mas pela simples razão de que seus novos súditos desde há muito haviam sofrido a opressão de um déspota e encontravam-se naturalmente dispostos à obediência. Todavia, os argumentos empregados nesta ocasião são de tal importância que, sozinho, compõem uma tese que devemos compreender tanto pela significação que adquire nessa etapa do discurso quanto pelo fato de ser introduzida por uma via indireta. De fato, no momento em que se prepara para responder à questão de um eventual contraditor que se espantasse com a facilidade com que Alexandre conquistou uma parte da Ásia e transmitiu essa herança a seus descendentes, Maquiavel coloca, subitamente, todos os principados de que se tem memória em duas categorias: uma que compreende os Estados de regime despótico, outra, aqueles em que o poder é dividido entre um monarca e os barões. Esta classificação, surpreendente, cujo efeito o escritor evita enfraquecer com alguma justificação, entretanto fornece-lhe a matéria para a análise, de tal modo que a referência a Alexandre parece ter somente servido de pretexto para a comparação entre os dois tipos de Poder. Desta, o leitor retém que a solidez respectiva de cada um deles se aprecia por sua capacidade de opor

resistência a uma agressão estrangeira. O regime despótico mostra-se, inicialmente, como o mais forte, visto que nele a autoridade é uma, os ministros, diversamente dos senhores estabelecidos de há muito em uma província e ligados a seus súditos, não têm crédito suficiente para fomentar uma rebelião e abrir caminho para um eventual conquistador: para destruir o poder estabelecido não se deve, pois, contar senão com a potência das armas. Porém, a perspectiva se inverte tão logo interroguemos quanto às oportunidades de implantação de um príncipe novo. De fato, não há obstáculos à sua dominação, uma vez obtida a vitória e a família real exterminada; alimentados na escravidão por seu antigo senhor, os súditos são fáceis de governar, enquanto num país dividido as rivalidades logo porão seu poder em perigo, as facções que o sustentaram se voltarão contra ele, os grupos que deve oprimir se rebelarão e buscarão auxílio no estrangeiro. Nesta hipótese, já não basta “extinguir o sangue real” (*spengere il sangue del principe*), pois restam sempre senhores que se fazem chefes de novas mudanças, e como não é possível contentar a todos nem extinguir todos eles, na primeira oportunidade que se ofereça todos os Estados estarão perdidos. É preciso, pois, admitir que o regime aparentemente mais vulnerável se revela, ao passar pela prova do tempo, como o mais resistente e a autoridade que compõe surge como mais forte que uma dominação sem freios. Assim, encontra-se retomada para novos fins a idéia, cujo alcance já entrevimos, de que a medida da potência é dada pela relação em que se inscreve com outras potências. Os motivos que temos agora para apreciar a solidez da monarquia de França, modelo de um regime em que o poder do soberano é limitado, são os mesmos que comandavam a análise das relações entre Estados ou a da política de Luís XII em Milão. Mas passamos insensivelmente de um ponto de vista particular a um ponto de vista geral: Maquiavel não descreve apenas a lógica das operações do príncipe, daqui por diante raciocina acerca dos sistemas de força encarnados pelos regimes políticos e abre caminho para o estudo das estruturas sociais.

Todavia, o importante é que esta passagem permanece na sombra, que a linguagem do escritor não dá lugar para uma apreciação moral, que a questão da natureza do Estado está sempre mantida a distância. Sob essa condição, torna-se possível até mesmo evocar a força do regime republicano. Evocação duplamente prudente, é verdade, visto que,

por um lado, Maquiavel não abandona a hipótese da conquista, interagando somente acerca das dificuldades encontradas por um príncipe novo numa cidade outrora livre, para responder que o meio mais seguro é arruiná-la e dispersar seus habitantes, e que, por outro, confunde numa primeira parte da análise o caso dos principados acostumados a viver sob sua própria lei e o das repúblicas, como se este último nada tivesse de específico. Mas a idéia nova avançada entre outras que a dissimulam — como num campo de batalha a conquista de uma posição é acompanhada de várias operações diversionistas — surge na conclusão do quinto capítulo: as repúblicas são os regimes mais sólidos, os mais resistentes aos empreendimentos de um agressor porque os cidadãos estão apegados à liberdade. É dar a entender que, visto que a autoridade não tem somente limites, como na monarquia de tipo feudal, mas se encontra largamente partilhada entre os cidadãos, a lógica das relações de força joga em favor de uma distribuição do poder e de um sistema que asseguraria a troca entre governantes e governados.

Nesta etapa da leitura o percurso do escritor já se tornou sensível para nós. Aparentemente, ele se detém no exame de casos particulares em que são divisadas as operações necessárias para a tomada do poder e para sua conservação; mas, por esse viés, introduz as primeiras considerações gerais sobre a oposição entre o príncipe e seus súditos, as relações entre Estados, a força relativa dos diferentes regimes. Considerações que constituem balizas para um pensamento ao qual parece indispensável permanecer aquém da expressão — como oferecer-se sob a forma de um saber explícito implicasse degradar-se ou chocar-se com a incompreensão de outrem —, ou melhor, descreve um percurso sinuoso — como se não entrasse na posse da verdade senão por uma dupla e constante denegação. De fato, à idéia da estabilidade, evocada por um momento no tocante à monarquia hereditária, opõe-se a do movimento, concebido como constitutivo de toda experiência política; à idéia do tempo que conserva, opõe-se a do tempo que enxota tudo à sua frente; à idéia da natureza social definida como uma ordem regida por fins imanes ou transcendentes, opõe-se a dos acidentes cujo encadeamento é de causa e efeito; à idéia de um vínculo de amor entre o príncipe e seus súditos, opõe-se a da opressão em diversos graus. Mas, simultaneamente, da imagem de uma violência que se exerce sem fim e de uma força

que só tiraria vantagem de sua superioridade imediata sobre outra, o pensamento nos conduz à de uma economia da potência; diante da condição do súdito-escravo recupera o sentido da “afeição natural” que um povo apegado às leis tem por seu senhor; um regime parece tanto mais sólido quanto mais nele o poder estiver mais bem repartido; enfim, a pura diversidade dos acidentes deixa que apareçam constelações relativamente estáveis cujo sentido inscreve-se nas situações históricas típicas, nas estruturas políticas.

Aonde nos conduz esse movimento de pensamento? Devemos nos assenhorar de verdades positivas que o discurso deixa entrever para reu-ni-las a título de primeiros elementos de uma ciência da política? Ou procurar signos de um novo estatuto da experiência e do saber na crítica das imagens com que a opinião comum se alimenta?

Essas questões se colocam no limiar do sexto capítulo, consagrado à fundação do Estado. Ora, tudo indica que com esta hipótese entramos numa nova fase da análise. Não se trata mais de apenas definir as operações que permitem ao príncipe governar e conservar um domínio conquistado, nem de apenas apreciar a incidência das condições sociais e históricas sobre seus empreendimentos. A ação pela qual o sujeito toma o poder se distingue agora de todas as outras do mesmo gênero na medida em que ela o institui como príncipe e dá unidade política a um povo. Podemos, portanto, supor que o exame da conduta do fundador — para o qual, lembremos, o autor não nos havia preparado — será ocasião de uma reflexão sobre a origem do Estado. Ademais, Maquiavel dá a entender que sua intenção não é somente a de permanecer nos limites de um caso particular, por mais privilegiado que seja. Assim, quando anuncia que falará de “princípios inteiramente novos, aqueles em que o príncipe e o Estado são novos”, e quando trata disto efetivamente na maior parte do capítulo, o título evoca um outro tema, o dos princípios adquiridos por *virtù* e por armas próprias; na seqüência, recorda o fracasso de Savonarola, reformador que não cessou de proclamar seu apego ao regime republicano, e conclui com o exemplo de Hieron de Siracusa, simples capitão que chega à testa do governo por um golpe de Estado. Assim, a hipótese da fundação do Estado parece destinada a nos esclarecer tanto sobre a natureza do Estado quanto sobre a do Poder em geral. É verdade que, numa primeira leitura, o sexto capítulo

decepciona nossa expectativa. Nenhuma resposta parece ser dada às questões que colocávamos: Maquiavel invoca exemplos ilustres como os de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, mas não os analisa, e não poderíamos nos impedir de pensar que a política desses gloriosos fundadores, cuja memória decorre mais da lenda do que da História, escapa ao conhecimento exato. No que tange à *virtù* e sua relação com a Fortuna, no tocante à dificuldade para introduzir as *ordini nuovi*, no que concerne à autoridade adquirida pelo príncipe uma vez vencidos os primeiros obstáculos, e quanto à felicidade que retira dessa vitória e que dá à sua pátria, precisamos nos satisfazer com considerações rápidas e muito gerais das quais o mínimo que podemos dizer é que não estão sustentadas por uma descrição dos fatos e que nos deixam famintos. A única conclusão positiva que podemos reter é que o fundador deve preferir a força à prece, que os profetas armados triunfam ali onde fracassam os profetas desarmados; mas essa idéia parece curta se comparada com o que aprendemos, pois já sabemos que inteligência da força mais do que a própria força está no coração da política. Em suma, o capítulo que nos ocupa é bem diferente dos primeiros, mas não no sentido que prevíamos. Enquanto o exame minucioso da política de Luís XII ou dos Romanos induzia a uma verdade de alcance universal, agora os propósitos do autor parecem flutuar numa zona indecisa em que não contam nem o peso dos fatos nem o das idéias. Todavia, essa decepção decorre de que queremos ainda uma vez nos fixar na letra do enunciado quando talvez devêssemos, à moda do príncipe a quem o passado oferece um objeto de inspiração mais do que de imitação, apoiar-nos sobre o texto apenas para nos elevarmos ao plano daquilo que nos dá a pensar. As primeiras linhas do capítulo, com efeito, dão um aviso que parece possuir mais de um sentido. Maquiavel pede ao leitor que não se espante ao vê-lo alegar grandes exemplos: estes, diz ele em substância, oferecem o modelo da mais alta ação política, mas não é necessário nem, sem dúvida, possível que o príncipe novo se identifique com os heróis fundadores; basta que queira assemelhar-se a eles, isto é, não tornar-se igual a eles, mas sim avançar no caminho traçado por eles. A prudência manda que guarde na memória a *virtù* desses gloriosos predecessores, não na esperança de se apropriar dela, mas sim para que a sua própria conserve “algum cheiro” dela. Assemelha-se, aprendemos ainda, a um arquiteto prudente

que para atingir um alvo longínquo ajusta o tiro em função de um ponto de mira situado a uma altura muito maior do que a de seu objetivo. Ora, temos razão para desconfiar que um arqueiro nunca tenha podido furtar-se a essa necessidade e que um fundador, seja qual for seu mérito, nunca tenha agido sem modelos e ainda devemos observar que, impondô à flecha um desvio, o atirador atinge perfeitamente o alvo. Assim, somos inclinados a julgar que a figura do herói é puramente simbólica, ou, melhor dizendo, que a função realista dos maiores exemplos é uma função simbólica. Ao descobri-la, estamos prontos para olhar o texto com outros olhos. Vem ao nosso espírito que o próprio Maquiavel procede como o arqueiro, que seu discurso segue o trajeto indireto da flecha e que as considerações gerais, cujo sentido procurávamos em vão, talvez sejam apenas o ponto de mira do qual é preciso regressar até o lugar do alvo.

E então, o movimento do discurso torna-se muito mais decisivo do que a apologia da força, pois novamente parece propor a imagem tradicional da ação política apenas para melhor apartar-se dela. Doravante, o que chama a atenção é a distância entre a idéia de onde o autor parte e aquela a que chega; o sentido não está na significação encerrada em cada proposição, mas na discordância manifesta entre os princípios que fundam a primeira e a segunda parte do argumento. De fato, a criação do Estado é apresentada de início como obra da *virtù*. Certamente essa *virtù* é definida como antítese da Fortuna; é o poder de subtrair-se à desordem dos acontecimentos, elevar-se acima do tempo que, como aprendemos, *enxota tudo à sua frente*, é agarrar a Ocasião e, portanto, conhecê-la, é, enfim, segundo a palavra do autor, introduzir *uma forma numa matéria*. Mas, pela primeira vez, ela se revela virtude moral: os fundadores são homens “excelentes”; Moisés, de quem não mais se deveria falar, visto que foi apenas “um verdadeiro executor das coisas ordenadas por Deus”, é considerado admirável pela graça que “o tornava digno de falar com Deus”; os outros não o são menos, visto que sua conduta não foi diferente da dele; sua glória está em ter dado unidade e liberdade a um povo disperso e oprimido; seu sucesso pessoal harmoniza-se com o enobrecimento e a felicidade de sua pátria. Entretanto, apenas essa imagem esboçada, já é preciso abandoná-la. Evocando as dificuldades com que o príncipe se choca no início de seu empreendimento, subitamente Maquiavel usa uma outra linguagem. Torna-se patente que os

fundadores são forçados (*forzatti*) a introduzir novas instituições (*nuovi ordini e modi*) para estabelecer o Estado e, acrescenta o autor, a assegurar sua segurança, como se as duas exigências se confundissem. Dessas instituições, ficamos sabendo que não há coisa mais penosa do que tratar delas, mais duvidosa do que ter êxito, nem mais perigosa de lidar porque não contam com o benefício de qualquer suporte na sociedade. Um momento antes, a política do príncipe aparecia como expressão das aspirações coletivas; agora devemos entender que ninguém está a seu lado: tem como inimigos todos aqueles que tiravam proveito da ordem antiga e só encontra mornos defensores naqueles que se beneficiarão com a nova, tão forte é a incredulidade dos homens nas coisas novas enquanto a uma experiência segura não lhes tiver demonstrado a solidez do regime estabelecido e enquanto a mobilidade de seus espíritos impedi-los de ser fiéis à causa que por um breve momento excitou sua paixão. No entanto parece não haver outro problema para o príncipe senão o de impor obediência aos súditos, de tal sorte que a posição do glorioso fundador se aproxima da do conquistador que, de acordo com a análise do terceiro capítulo, devia defender-se simultaneamente contra adversários e partidários. Assim, não é por acaso que Maquiavel usa uma mesma expressão para designar a ação de ambos: *acquistare lo Stato*.

Ora, nessa etapa do discurso são rudemente opostas fé e força e ilustrada a crítica aos profetas desarmados com o exemplo de Savonarola — argumento que termina por abalar nossa primeira opinião. Nos próprios termos da questão colocada: “é preciso considerar se aqueles que buscam coisa nova (*questi innovatori*) podem alguma coisa por si mesmos (*stanno per loro medesimi*) ou se dependem de outrem, isto é, se para bem conduzir seu empreendimento contam com a prece ou com a força”, pode-se entrever a intenção que sustenta toda a discussão. A oposição entre *virtù* e Fortuna transforma-se em oposição entre poder de depender apenas de si e sujeição aos desejos de Outro e esta, por sua vez, transforma-se em oposição entre autonomia do homem e dependência de Deus. Certamente, Maquiavel parece deter-se na apologia da força, porém a função desse tema desvenda-se subitamente: está encarregada de nos livrar do mito de uma história regulada pela Providência. Por seu intermédio acha-se brutalmente anulado nosso respeito pelo executor das coisas ordenadas por Deus. E, enquanto a figura de Savonarola se super-

põe à de Moisés, a “realidade” da política do príncipe dos judeus é restituída. Há pouco, imaginávamos encontrar nela o testemunho de uma graça divina com que, à sua revelia, nutriram-se os outros fundadores de Estado. Doravante, é preciso concluir em sentido inverso, isto é, que a submissão aos decretos de Deus era pura aparência e que a *virtù* de Moisés se inscreve no registro que Rômulo, Ciro e Teseu tornam legível.

É bem verdade que, sob certos aspectos, a incerteza permanece. Às questões: que é a *virtù*, que são as *ordini nuovi*, a que o Estado deve sua origem?, nenhuma resposta segura, dissemos, pode ser dada; mas essa incerteza está carregada de um peso estranho. E pelo menos de uma coisa não poderíamos duvidar: Maquiavel convida o leitor para uma interrogação acerca dos fundamentos da política e começa por lhe proibir que se apoie sobre as verdades estabelecidas pela tradição humanista ou cristã. Ora, essa interrogação é tão radical que é possível julgar que o caso tratado tinha exclusivamente por função dar-lhe forma. Era preciso, parece, evocar a fundação do Estado, o sagrado que se apegava à mais alta empresa política, a *virtù* dos heróis venerados, para que se pudesse, quando essas imagens se desfazem, apanhar a verdadeira cartada do discurso. Como conceber o Estado, em que solo fincá-lo se o fundador está só, se não há um arranjo na natureza garantindo o empreendimento, se os homens não estão predispostos a concordar mas a resistir ao advento da comunidade e se, por outro lado, a idéia de um ordenamento providencial da sociedade é um logro? Eis a questão última a brilhar no horizonte empalidecendo todas as outras. Maquiavel não a formula, apenas indica-a, encaminha-nos para ela. E fornece essa indicação à sua maneira, através de uma palavra breve e leve, despojada da ênfase do filósofo ou do pregador, mas sobre a qual já não podemos nos enganar porquanto o nome de Savonarola, lançado de propósito, repõe em nossa memória um outro apelo à renovação do pensamento e da ação política.

No uso desse nome há mais do que uma simples referência ao fracasso de um profeta desarmado, mais do que um artifício para modificar a imagem da prudência de Moisés e mesmo mais do que um convite para ultrapassar o quadro fixado pela hipótese da fundação do Estado. Savonarola se dirigia aos mesmos interlocutores que Maquiavel e pretendia já trazer as *ordini nuovi*. Portanto, não é somente o fracasso de sua

política que devemos medir, mas o de seus princípios; não convém voltar-se somente rumo a uma prática nova, mas também rumo a um pensamento novo para encontrar a via de uma mudança radical — pensamento do teórico traçando o justo retrato do príncipe e substituindo o ensino do profeta vencido pelo seu próprio. Esta substituição é assinada de maneira muito precisa numa paráfrase irônica. Savonarola denunciava os insensatos e malvados que negavam ser possível governar com o *pater noster* e pretendia tirar do Antigo e do Novo Testamento a prova de que as cidades sempre tinham sido salvas pela prece; segundo Maquiavel, insensato é aquele que se fia na prece e se esquece de que Moisés estabeleceu seu reino pela força; para um, a *incredulidade* dos homens estava na origem dos males da Itália, o outro retoma o termo para lhe dar conteúdo novo: é a falta de fé nas coisas novas e não na velha imagem do Deus protetor que se opõe a uma reforma política; e sua ironia adquire força dupla quando dá a entender que Savonarola fracassou por ter sido incapaz de constrianger os homens a manter a fé não em Deus, mas nele próprio. Um distinguia os verdadeiros príncipes (*veri principi*), cujo único fim é o bem comum, e os tiranos, que só querem reinar pela força; o outro insinua que os melhores príncipes, os que asseguram a felicidade de sua pátria, triunfaram por terem sabido impor seu poder contra a vontade de todos. A crítica maquiaveliana manifesta-se até na imagem das oposições e das resistências que o fundador deve vencer. Pois, à semelhança do profeta que entrava em guerra contra os *tiepidi*, aos quais faltava coragem para lutar por sua fé, não menos culpados a seus olhos do que os *ostinati*, encarniçados em se preservar na cegueira, o escritor modula três vezes o mesmo termo — *tiepidi*, *tepidezza*, *tepidamente* — para designar aqueles que parecem sustentar a ação do príncipe e tirar proveito das novas instituições, mas que o abandonam por falta de um constrangimento à fidelidade⁴.

4. Ver Mario Ferrara, *op. cit.* A denúncia dos *tiepidi* encontra-se na pregação sobre o salmo *Quam bonus*, na pregação *Sopra Giòbbe* (p. 274) e na 8ª pregação *Sopra Aggeo*, pronunciada um mês após a queda de Piero. Nesta última, Savonarola sublinha a necessidade de criar *ordini nuovi*. O apelo à prece como o meio mais eficaz para salvar a cidade do perigo encontra-se sobretudo no *Il trattato circa il reggimento...* (*ibid.*, pp. 208-10).

Todavia, Maquiavel não opõe uma outra verdade à verdade proclamada por Savonarola: seu discurso nasce somente do imperativo de pensar a política em um certo nível. A esse respeito, o sexto capítulo marca um momento privilegiado; não, certamente, porque permitiria ganhar novos conhecimentos sobre a natureza do político, mas, ao contrário, porque o saber está agora enraizado em um não-saber. Tal é, com efeito, o paradoxo que esclarece plenamente a análise da fundação que, no entanto, se apresentava como a de um caso empírico entre outros: no início de *O príncipe*, Maquiavel parecia ter afastado do seu propósito as questões julgadas essenciais por aqueles que haviam escrito sobre a política antes dele; dava à investigação o jeito de uma pesquisa puramente técnica, como se esta dispensasse toda justificação e como se bastasse consultar a experiência para saber por quais meios o Estado pode ser governado; mas à medida que assinala em alguns exemplos a necessidade que comandaria as ações do príncipe em cada situação particular, na verdade, elabora o próprio princípio dessa necessidade, o estatuto do social como campo de forças, o do governante como agente puro, a relação entre sujeito de pensamento e objeto, elaboração com vistas a uma crítica cada vez mais precisa das imagens a que aderem a filosofia clássica e a cristã, de tal modo que a exigência de uma certeza científica e de uma determinação do real impõe-se simultaneamente como aquilo que dá sentido ao discurso e se revela suspenso à verdade de um movimento puramente crítico, ligado em profundidade à experiência de uma incerteza no tocante ao fundamento do saber ou à de uma indeterminação concernente ao próprio Ser do político.

Assim, o apelo reiterado ao conhecimento exato e a uma prática rigorosamente submetida a ele ressoa estranhamente num certo vazio — um vazio que o escritor arranja deliberadamente em torno dos novos conceitos de uma teoria da ação, no lugar onde outrora o pensamento se assegurava com a presença de uma ordem divina ou natural.

CAPÍTULO 3

HOBBES: O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO*

W. H. Greenleaf

O falecido J. L. Austin, ao observar que o trabalho de valor original tende a produzir um fluxo de estudos interpretativos que, por sua vez, são eles próprios cuidadosamente comentados, descreveu este processo como “The Law of Diminishing Fleas”¹. Em realidade, o que segue inicia-se simplesmente com uma observação sobre os comentários que têm sido escritos acerca de Hobbes, mas quero utilizar esta avaliação parasítica para levantar algumas questões de interesse metodológico². Portanto, antes de mais nada, descrevo como entendo serem as linhas principais de interpretação das teorias de Hobbes que têm surgido e a relação entre elas; e, após isto, discuro alguns dos problemas levantados por estas diversas exegeses para a história intelectual.

* “Hobbes: the Problem of Interpretation” (in *Hobbes and Rousseau: a Collection of Critical Essays*, organizado por Maurice Cranston e Richard S. Peters. Nova York, Anchor Books-Doubleday, 1972, pp. 5-36). Tradução de Carlos Henrique Davidoff. O texto original é de 1969, organizado por Reinhart Kosselleck e Roman Schnur, Berlin, Duncker and Humblot.

1. Provavelmente, a expressão baseia-se no adágio “big fleas have little fleas” (“pulgas grandes geram pulgas pequenas”), e, no contexto, refere-se à relação entre uma obra básica e os comentários críticos que lhe seguem.

2. De qualquer modo, Hobbes é um dos casos mais adequados para exemplificar a Lei de Austin: ver Swift, *On Poetry: A Rhapsody*, II, 319 pp.